

Comissão de Orçamento e Finanças

Grupo de Trabalho – Comissões bancárias

---

**SÍNTESE 1/XIV/1.<sup>a</sup> SL**

No dia 6 de março de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu o Grupo de Trabalho – Comissões bancárias –, na sala 4, na presença dos Senhores Deputados Miguel Costa Matos (PS) – Coordenador do GT –, Vera Braz (PS), Carlos Silva (PSD), Hugo Carneiro (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP) e Duarte Alves (PCP), tendo a seguinte Ordem do Dia:

1. Fixação da lista de entidades para audições e/ou contributos;
2. Calendarização dos trabalhos;
3. Outros assuntos

O Coordenador do GT, Senhor Deputado Miguel Costa (PS), deu início aos trabalhos cumprimentando os Senhores Deputados presentes, lembrando o propósito da constituição deste GT, e manifestando ainda a intenção de concluir o processo legislativo na especialidade relativo às iniciativas em apreciação, até final desta sessão legislativa.

**Ponto 1**

A Senhora Deputada Vera Braz (PS) apresentou a metodologia de auscultação de entidades proposta pelo seu grupo parlamentar (GP), cuja lista, que se anexa a esta síntese, foi distribuída por todos os Deputados. Enumerou as entidades para audição conjunta (associações de defesa dos consumidores e associações de natureza empresarial), as entidades públicas para contributo escrito e as empresas para audição pública.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) levantou algumas dúvidas quanto: a) às audições conjuntas que, no seu entender, poderão não ser eficazes, preferindo audições individualizadas; b) ao conceito de audição pública, considerando também que a lista de entidades era muito extensa. Sugeriu que, em alternativa, se realizasse um colóquio ou conferência sobre o tema, promovida pela Comissão. Defendeu, no entanto, que o processo de auscultação deverá ser abreviado com pedidos de parecer por escrito. No entender do seu GP deveriam ser realizadas audições ao Banco de Portugal (BdP), à Associação Portuguesa de Bancos (APB) e à DECO. Quanto a empresas, sugerem a SIBS, Easy pay, Ifthenpay, Altice Pay e Associação FinTech e InsurTech (AFIP). Para as restantes entidades seria pedida informação escrita, sem prejuízo de, em face dos pareceres e em se considerando oportuno, realizar audições adicionais.

Comissão de Orçamento e Finanças

Grupo de Trabalho – Comissões bancárias

---

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) manifestou dúvidas sobre a eficácia das audições, salientando que já todos os Deputados conhecem as posições do BdP bem como da APB. Defendeu que seria mais proficuo pedir contributos escritos a todas as entidades e só depois, se os GP quisessem aprofundar algum tema, solicitariam audição(ões). Sustentou que só após a análise dos pareceres é que as audições poderiam ser produtivas.

A Senhora Deputada Vera Braz (PS) concordou com a metodologia proposta pela Deputada Mariana Mortágua (BE), sugerindo ainda que o prazo para os pedidos de parecer terminasse no final do mês de março.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) também manifestou a sua concordância com esta metodologia, de solicitar primeiro contributos escritos a todas as entidades, propondo que se definisse já um prazo para o envio dos mesmos. Também considerou relevante, até para garantir a credibilização do processo, ouvir o BdP, a APB e a DECO, sugerindo que se agendassem já datas para estas audições. Concluiu informando que o PCP também pretendia pedir contributo à Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI).

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) também deu acordo à metodologia proposta, ressaltando que, em face dos contributos, se fizesse uma segunda volta pelos GP para decidir sobre a necessidade de se realizarem mais audições para além das indicadas. Notou a propósito que este mercado está em processo de mudança, surgindo, cada vez mais, novas formas de pagamentos que vão além dos que são utilizados atualmente pela banca. Nessa circunstância, disse, será provavelmente importante ouvir outras entidades relacionadas com essas novas formas de pagamentos.

O Senhor Coordenador do GT agradeceu todos os contributos e fez uma primeira síntese da metodologia consensualizada nesta reunião pelos GP presentes: a) Haverá primeiramente uma ronda de pedidos de contributos escritos pelas entidades já referidas na lista apresentada pelo PS, mais as entidades adicionais referidas pelo PSD e PCP; b) Realizar-se-iam depois audições ao BdP, APB, DECO e Associação FinTech e InsurTech Portugal sem prejuízo de, numa segunda avaliação, se poderem adicionar mais entidades.

Ainda relativamente aos pedidos de parecer por escrito, esclareceu que as instituições de pagamento portuguesas, credenciadas pelo BdP, referenciadas na lista proposta pelo PS, já integram as duas entidades indicadas pelo PSD (Altice Pay e Ifthenpay).

## **Ponto 2**

O Coordenador do GT expressou a vontade de que este processo legislativo terminasse tendo como horizonte o final desta sessão legislativa. Auscultou os Deputados sobre outras datas que

Comissão de Orçamento e Finanças

Grupo de Trabalho – Comissões bancárias

---

pretendessem já fixar, nomeadamente datas para o agendamento das audições, bem como o prazo para envio de propostas.

A Senhora Deputada Vera Braz (PS) defendeu que o prazo global para a conclusão da apreciação na especialidade fosse de 90 dias.

Depois de manifestar concordância com aquele prazo, o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) sugeriu que os serviços de apoio contactassem as entidades para serem ouvidas no GT de modo a que os agendamentos se concentrassem no início de abril.

Quanto aos dias da semana para audições, a maioria dos Deputados manifestou preferência pela terça-feira à tarde, tendo também o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) sugerido que, em sendo possível, se deveria tentar concentrar as audições possíveis num dia.

O Senhor Coordenador fez síntese final do que foi consensualizado em GT, nos seguintes termos:

- 1- Haverá primeiramente uma ronda de pedidos de contributos escritos por todas as entidades já mencionadas, sendo fixado o prazo até 31 de março para envio de pareceres.
- 2- Realizar-se-iam depois, no início de abril, audições ao BdP, APB, DECO e Associação FinTech e InsurTech Portugal sem prejuízo de, numa segunda avaliação, se poderem adicionar mais entidades. Realizar-se-ão, preferencialmente, à terça-feira à tarde.
- 3- Fixação de data para as propostas na especialidade que permitam chegar um texto final, a votar em plenário da Comissão, no prazo de 90 dias (até 6 de junho), garantindo que a conclusão do processo ocorra até final da sessão legislativa.

Também ficou assente que, desejavelmente, e em havendo consenso, todas as audições se realizariam no âmbito do GT.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Coordenador do GT encerrou a reunião.

Palácio de São Bento, 6 de março de 2020

**O Coordenador do GT**



Comissão de Orçamento e Finanças

Grupo de Trabalho – Comissões bancárias

---

Miguel Costa Matos